



TERMO DE REFERÊNCIA 07/033/2026

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de Centro Especializado em Reabilitação (CER II)**, no Município de Pontes e Lacerda/MT, conforme proposta nº 04330.3550001/25-006, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contemplando o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos sociais, seguros, licenças, responsabilidade técnica e todos os insumos necessários à perfeita execução do objeto.

1.2. A contratação será realizada sob o regime de **empreitada por preço global**, compreendendo a execução integral da obra, desde a mobilização e instalação do canteiro até a entrega final em condições plenas de funcionamento, em estrita conformidade com os projetos executivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo.

1.3. Integram este Termo de Referência, **como documentos obrigatórios, vinculantes e indissociáveis do objeto**, os seguintes anexos técnicos:

- Projeto Executivo de Engenharia e Arquitetura;
- Planilha Orçamentária Analítica e Sintética;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Memoriais Descritivos;
- Memoriais de Cálculo;
- Composição do BDI.

1.4. Os documentos técnicos mencionados no item anterior encontram-se anexos ao processo administrativo, disponibilizados em meio digital, garantindo amplo acesso aos licitantes para análise detalhada do objeto, formulação de propostas e adequada compreensão das condições de execução.

1.5. A participação no certame implica declaração expressa do licitante de que teve pleno acesso aos documentos técnicos, analisou integralmente os projetos e planilhas, compreendeu as condições locais de



execução e assumiu os riscos ordinários inerentes à execução da obra, especialmente aqueles relacionados à adequada avaliação dos custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

1.6. Fica vedada a alegação posterior de desconhecimento dos elementos técnicos, quantitativos ou condições locais como fundamento para solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legalmente previstas, tais como fatos imprevisíveis, caso fortuito, força maior ou alterações determinadas pela Administração.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade pública de ampliação da infraestrutura de atenção especializada à saúde no Município de Pontes e Lacerda/MT, especialmente no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como em observância ao interesse público devidamente caracterizado.

2.2. Atualmente, verifica-se a inexistência de unidade habilitada como Centro Especializado em Reabilitação (CER II) na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, configurando cenário de vazio assistencial na oferta de serviços especializados de reabilitação física e intelectual. Tal condição impõe à população a necessidade de deslocamento para outros municípios, comprometendo a continuidade do cuidado, elevando custos indiretos ao sistema público e contribuindo para o agravamento das condições clínicas dos usuários.

2.3. O crescimento populacional do município, aliado ao aumento progressivo da demanda por serviços de média complexidade, evidencia a insuficiência da rede atualmente disponível, tornando imprescindível a implantação de unidade especializada com capacidade técnica, estrutural e operacional compatível com as necessidades da população local.

2.4. Nesse contexto, a construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER II) configura-se como solução estruturante, capaz de ampliar a capacidade instalada da rede municipal de saúde, reduzir desigualdades regionais no acesso aos serviços especializados, aumentar a resolutividade da atenção à saúde e promover a inclusão social e a autonomia das pessoas com deficiência.

2.5. A unidade será concebida para abrigar ambientes adequados ao atendimento multiprofissional, incluindo espaços destinados a consultas especializadas, reabilitação física e intelectual, terapia ocupacional, estimulação precoce e apoio psicossocial, além de áreas de apoio ao usuário, como recepção, salas de espera,



sanitários adaptados e espaços administrativos. Também contemplará áreas técnicas e operacionais indispensáveis ao funcionamento da unidade, tais como almoxarifado, vestiários, salas de apoio e gestão.

2.6. A solução proposta encontra-se tecnicamente estruturada, conforme evidenciado pelos projetos de engenharia e arquitetura devidamente registrados por meio de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, garantindo a viabilidade técnica, a conformidade normativa e o atendimento às exigências de acessibilidade aplicáveis às edificações de uso público.

2.7. A contratação está alinhada às diretrizes do Ministério da Saúde, à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência e aos investimentos previstos no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), especialmente vinculados à proposta nº 04330.3550001/25-006, voltada ao fortalecimento da infraestrutura pública de saúde.

2.8. Sob a ótica técnico-administrativa, a execução da obra por meio de contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais eficiente e juridicamente adequada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que o Município não dispõe de estrutura operacional, equipe técnica especializada ou capacidade logística para a execução direta de empreendimento dessa complexidade.

2.9. A contratação observa, ainda, os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, com foco na obtenção de resultados concretos e mensuráveis para a população.

2.10. Por fim, destaca-se que a implantação do Centro Especializado em Reabilitação (CER II) representa medida estruturante de política pública, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população, no fortalecimento da rede municipal de saúde e na redução de desigualdades no acesso aos serviços especializados.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Condições Gerais

3.1.1. A execução do objeto compreende a realização de obra de engenharia destinada à construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER II), devendo ser executada em estrita conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, cadernos de encargos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes da contratação, os quais possuem caráter vinculante.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

Parágrafo único. A unidade será composta por áreas administrativas, áreas de diagnóstico e avaliação, áreas de reabilitação (física e intelectual/visual), áreas de apoio e áreas externas, compreendendo terreno com área total de 7.200,52 m², área construída de 1.945,96 m², jardim sensorial de 156,25 m² e quadra poliesportiva de 525,45 m².

3.1.2. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e habilitados, observando-se as boas práticas da engenharia, com utilização de materiais novos, de primeira qualidade, em linha de fabricação vigente, isentos de defeitos, vícios ou imperfeições que possam comprometer a segurança, durabilidade e desempenho da edificação.

3.1.3. A Contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos sociais, transporte, logística e demais insumos necessários à execução completa da obra, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, alegação de desconhecimento das condições locais ou técnicas.

3.1.4. A execução deverá observar rigorosamente as condições do local da obra, sendo obrigatória a realização de vistoria prévia pela licitante, para pleno conhecimento das condições físicas, topográficas, geotécnicas e operacionais.

3.1.5. Será vedada a utilização de materiais:

I – Recondicionados, usados ou recuperados;

II – Sem certificação técnica, quando exigida por norma;

III – Em desacordo com os projetos e especificações;

IV – De qualidade inferior à especificada;

V – Que não atendam às exigências sanitárias aplicáveis a estabelecimentos de saúde.

3.1.6. A licitante deverá declarar formalmente que possui pleno conhecimento das condições locais de execução, não sendo admitidas alegações posteriores que possam impactar a execução contratual.

3.2. Escopo dos Serviços



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

3.2.1. A execução da obra compreenderá, de forma integrada, contínua e tecnicamente coordenada, todas as etapas necessárias à implantação completa da unidade, incluindo, no mínimo:

- mobilização e instalação de canteiro de obras;
- serviços preliminares e limpeza do terreno;
- terraplenagem, movimentação de terra e preparação do solo;
- fundações e estruturas;
- execução completa da edificação (alvenaria, estrutura, cobertura);
- instalações elétricas, hidrossanitárias, lógica e demais sistemas prediais;
- execução de sistemas de proteção (SPDA, aterramento, quando aplicável);
- adequações de acessibilidade conforme NBR 9050;
- execução de pisos, revestimentos e forros;
- instalação de esquadrias;
- pintura interna e externa;
- execução de acabamentos;
- limpeza final e entrega da obra em condições de funcionamento.

3.2.2. Os serviços possuem caráter exemplificativo, devendo a Contratada executar integralmente tudo o que for necessário à entrega da obra completa, ainda que não explicitamente descrito, desde que previsto nos projetos e planilhas.

3.2.3. Todos os serviços deverão atender às normas técnicas aplicáveis, exigências sanitárias e especificações dos projetos.

3.3. Execução da Obra

3.3.1. A execução deverá ocorrer de forma contínua, planejada, organizada e coordenada, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

3.3.2. A Contratada deverá:

- manter o canteiro de obras limpo, organizado e seguro;
- garantir a segurança dos trabalhadores, usuários e terceiros;
- isolar e sinalizar adequadamente a obra;
- adotar medidas de prevenção de acidentes;



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

- minimizar impactos ao entorno;
- assegurar a qualidade técnica dos serviços executados.

3.3.3. A execução deverá respeitar integralmente os projetos e especificações técnicas, sendo vedadas alterações sem prévia e formal autorização da Administração, mediante justificativa técnica.

3.3.4. Eventuais ajustes necessários durante a execução deverão ser previamente analisados e aprovados pela fiscalização.

3.3.5. As instalações elétricas deverão garantir segurança, confiabilidade e continuidade operacional, incluindo proteção, aterramento, identificação de circuitos e compatibilidade com equipamentos de saúde.

3.3.6. A Contratada deverá manter diário de obra atualizado, em meio físico ou digital, contendo registros técnicos e operacionais, devidamente assinados pelo responsável técnico e pela fiscalização.

3.4. Materiais e Qualidade

3.4.1. Todos os materiais utilizados deverão ser novos, certificados quando aplicável, adequados ao uso em ambientes de saúde, compatíveis com as especificações técnicas do projeto, resistentes ao uso contínuo e à higienização frequente, garantindo durabilidade, segurança e desempenho adequado.

3.4.2. Os serviços executados deverão atender aos seguintes critérios:

- acabamento adequado, uniforme e compatível com o padrão exigido;
- durabilidade e resistência dos materiais e serviços;
- conformidade com os projetos, memoriais e normas técnicas;
- funcionalidade plena dos ambientes;
- adequação ao uso assistencial.

3.4.3. Serviços em desconformidade poderão ser rejeitados e refeitos sem ônus.

3.4.4. Componentes elétricos deverão atender normas técnicas e segurança operacional.

3.4.5. Poderão ser exigidos testes e ensaios técnicos para comprovação de qualidade.

3.5. Local de Execução

3.5.1. O serviço será executado no seguinte endereço:



- Rua Martins Mundim (antiga rua M), sem número, Residencial Santo Antônio, Quadra 7, Pontes e Lacerda – MT.

3.6. Quantitativo do Objeto

3.6.1. O objeto da contratação compreende a execução dos serviços conforme detalhamento constante na Tabela I – Especificação do Objeto, parte integrante deste Termo de Referência.

Tabela I - Especificação do objeto

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor
1.	Construção de Centro Especializado em Reabilitação (CER II), no município de Pontes e Lacerda/MT, conforme proposta nº 04330.3550001/25-006.	Unidade	1	R\$ 10.195.575,66

3.6.2. Os valores apresentados possuem caráter estimativo, sendo baseados em planilhas orçamentárias, projetos técnicos e composições de custos.

3.7. Normas Técnicas Aplicáveis

3.7.1. A execução deverá observar rigorosamente:

- Normas da ABNT aplicáveis à construção civil;
- NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR 14039 – Instalações elétricas de média tensão, quando aplicável;
- NBR 9050 – Acessibilidade;
- Resoluções da ANVISA aplicáveis a Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;
- Normas e diretrizes do Ministério da Saúde para implantação de CER;
- Demais legislações técnicas, sanitárias e urbanísticas aplicáveis.

3.8. Recebimento da Obra

3.8.1. O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão dos serviços, mediante vistoria da fiscalização.

3.8.2. O recebimento definitivo será condicionado à verificação do atendimento integral das especificações técnicas, incluindo:



- conformidade com os projetos e memoriais;
- qualidade dos serviços executados;
- funcionamento adequado das instalações;
- correção de eventuais pendências.

3.8.3. A Contratada deverá sanar, no prazo estabelecido pela fiscalização, quaisquer inconformidades identificadas.

3.9. Sustentabilidade

3.9.1. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental durante a execução da obra, incluindo o uso racional de recursos naturais, o controle do consumo de água e energia elétrica, a correta destinação de resíduos, a redução de desperdícios, a organização do canteiro de obras e a utilização de materiais provenientes de fontes regularizadas, conforme legislação ambiental vigente.

4. ANÁLISE DE MERCADO

4.1. Para subsidiar a definição da estimativa de preços e verificar a viabilidade da contratação, foi realizada análise de mercado considerando as características técnicas, operacionais e construtivas do objeto, consistente na execução de obra de engenharia destinada à construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER II).

4.2. A estimativa de custos foi fundamentada em sistemas referenciais oficiais de preços, especialmente o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, observando-se a data-base mais recente disponível, bem como em planilhas orçamentárias elaboradas a partir dos projetos de engenharia, incluindo orçamento sintético, orçamento analítico, memória de cálculo dos quantitativos, cronograma físico-financeiro e composição do BDI.

4.3. Foram consideradas, na formação dos preços, as particularidades locais de execução da obra, incluindo custos de mobilização, logística, disponibilidade de insumos, mão de obra regional e condições específicas do município de Pontes e Lacerda/MT, de modo a assegurar a compatibilidade da estimativa com a realidade do mercado local.

4.4. A análise de mercado evidenciou que o objeto da contratação possui ampla oferta no mercado nacional, sendo usualmente executado por empresas do setor da construção civil com capacidade técnica e operacional compatível, não havendo restrições relevantes à competitividade do certame.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

4.5. A metodologia de formação dos preços observou as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, bem como as boas práticas de engenharia de custos, considerando critérios de razoabilidade, atualidade, economicidade, compatibilidade com as especificações técnicas do objeto e aderência aos parâmetros de mercado.

4.6. Sempre que necessário, poderão ser utilizados outros sistemas referenciais oficiais ou complementares, bem como composições próprias devidamente justificadas, para serviços não contemplados no SINAPI, assegurando a adequada formação dos preços.

4.7. Dessa forma, conclui-se que o mercado apresenta condições favoráveis à execução do objeto, com número suficiente de potenciais fornecedores aptos a participar do certame, garantindo viabilidade técnica, econômica e competitividade, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. PARTICIPANTE VENCEDOR

5.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, preferencialmente em sua forma eletrônica, a ser conduzido em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

5.2. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados o critério de julgamento estabelecido, a conformidade com as especificações técnicas, a exequibilidade da proposta e o atendimento integral às exigências de habilitação.

5.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço global, considerando o valor total da proposta para execução integral do objeto, sendo a contratação executada sob o regime de empreitada por preço global, em razão do adequado nível de detalhamento dos projetos e da definição precisa do escopo contratual.

5.4. A adoção do regime de empreitada por preço global justifica-se pela existência de projeto executivo suficientemente detalhado, que permite a definição clara e completa do objeto, assegurando maior previsibilidade orçamentária, redução de riscos de aditivos contratuais decorrentes de variações quantitativas ordinárias e transferência à contratada da responsabilidade pela execução integral da obra, nos termos pactuados.

5.5. A adjudicação e homologação do resultado do certame observarão os trâmites legais, sendo formalizadas pela autoridade competente após verificação da regularidade do processo.

5.6. A licitante deverá apresentar declaração de cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, bem como de responsabilidade ambiental.



5.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores inexequíveis, incompatíveis com os custos de mercado ou que não demonstrem viabilidade técnica e econômica, conforme critérios definidos no edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO

6.1. O valor global estimado da contratação é de R\$ 10.195.575,66 (dez milhões, cento e noventa e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), correspondente à execução integral dos serviços de construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER II), no município de Pontes e Lacerda/MT.

6.2. A estimativa de custos foi elaborada com base em critérios técnicos e metodológicos, considerando os projetos de engenharia, os quantitativos de serviços previstos, as especificações técnicas e as condições reais de execução da obra, assegurando compatibilidade com a realidade do mercado.

6.3. Para a composição do valor estimado, foram utilizadas planilhas orçamentárias detalhadas, contendo a discriminação dos serviços, unidades de medida, quantitativos e custos unitários, bem como:

- orçamento sintético e analítico;
- memória de cálculo dos quantitativos;
- cronograma físico-financeiro;
- composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), com detalhamento dos seus componentes.

6.4. Os custos unitários adotados tiveram como principal referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, observando-se a data-base mais recente disponível, sendo utilizados, quando necessário, outros referenciais oficiais ou composições próprias devidamente justificadas para serviços não contemplados.

6.5. A composição do BDI considerou os custos indiretos da obra, incluindo despesas administrativas, tributos, seguros, riscos, garantias contratuais e margem de lucro, observando parâmetros de mercado e boas práticas de engenharia de custos, devidamente detalhados em planilha específica integrante do processo. A planilha orçamentária detalhada, composição do BDI e demais documentos que fundamentam a estimativa encontram-se anexos ao processo administrativo.

6.6. Foram considerados, ainda, na estimativa, os custos relativos à mobilização e desmobilização de canteiro, logística de transporte de materiais e equipamentos, mão de obra especializada, encargos trabalhistas e previdenciários, bem como as condições específicas do local de execução da obra.



6.7. A estimativa de custos foi elaborada de modo a refletir valores compatíveis com o mercado, garantindo a exequibilidade da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

7. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO DO BEM E/OU SERVIÇO

7.1. Local de execução

A execução do objeto ocorrerá no seguinte endereço:

- Rua Martins Mundim (antiga Rua M), s/nº, Residencial Santo Antônio, Quadra 7, Município de Pontes e Lacerda – MT.

7.2. Condições de execução no local

7.2.1. A execução da obra deverá considerar integralmente as condições físicas, estruturais, ambientais e operacionais do local, competindo à Contratada:

- realizar vistoria técnica prévia obrigatória, para pleno conhecimento das condições existentes;
- avaliar acessos, logística, topografia e interferências;
- planejar a execução de forma a minimizar impactos ao entorno;
- adotar medidas para mitigação de riscos operacionais e ambientais;
- isolar e sinalizar adequadamente as áreas de intervenção;
- garantir a segurança de usuários, servidores, trabalhadores e terceiros;
- cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional.

7.2.2. A Contratada deverá considerar eventuais limitações do local, tais como:

- restrições de acesso;
- circulação de pessoas e veículos;
- interferências com redes existentes;
- condições climáticas e ambientais da região;

não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.



7.3. Início da execução e mobilização

7.3.1. Os serviços terão início após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

7.3.2. A Contratada deverá promover a mobilização do canteiro de obras, incluindo equipe técnica, equipamentos, materiais e demais recursos necessários, no prazo estabelecido pela Administração.

7.3.3. A mobilização deverá contemplar a instalação de canteiro de obras, sinalização, estruturas provisórias, equipamentos de segurança e demais elementos necessários à execução dos serviços.

7.4. Prazo de execução

7.4.1. O prazo de execução da obra será de 30 (trinta) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

7.4.2. O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.4.3. A execução deverá observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro, sendo passível de ajustes mediante aprovação formal da fiscalização.

7.5. Responsabilidades da contratada

7.5.1. Constituem responsabilidades da Contratada, sem prejuízo de outras previstas em lei e contrato:

- execução integral da obra conforme projetos e especificações;
- fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos;
- transporte, carga, descarga e armazenamento;
- instalação, manutenção e desmobilização do canteiro de obras;
- cumprimento das normas técnicas, sanitárias e ambientais;
- adoção de medidas de segurança do trabalho;
- sinalização e isolamento das áreas de risco;



- proteção de bens públicos e privados;
- reparação de danos causados à Administração ou a terceiros;
- manutenção da limpeza e organização do canteiro;

7.5.2. A Contratada responderá integralmente pela qualidade, segurança e solidez da obra, nos termos da legislação civil e administrativa aplicável.

7.6. Recebimento do serviço

7.6.1. O recebimento do serviço será realizado em duas etapas:

a) **Recebimento provisório**, após a conclusão do serviço, mediante vistoria técnica da fiscalização, com verificação preliminar da conformidade da obra.

b) **Recebimento definitivo**, após o decurso do prazo de observação e mediante verificação do atendimento integral às especificações técnicas, incluindo:

- conformidade com os projetos e memoriais;
- funcionamento adequado das instalações;
- qualidade dos serviços executados;
- correção de eventuais pendências.

7.6.2. O recebimento definitivo estará condicionado à verificação de:

- conformidade com projetos e memoriais;
- qualidade e desempenho da obra;
- funcionamento adequado de todas as instalações;
- ausência de vícios aparentes;
- correção de pendências identificadas no recebimento provisório.

7.6.3. A Contratada deverá corrigir, no prazo fixado pela fiscalização, quaisquer irregularidades, sem ônus adicional para a Administração.



7.6.4. Para o recebimento definitivo, a Contratada deverá apresentar, no mínimo:

- Certidão de Regularidade de Obra (INSS/CND);
- documentação “as built”, quando aplicável;
- manuais técnicos e garantias dos sistemas instalados;
- habite-se ou documento equivalente, quando exigido;
- demais documentos legais e técnicos exigidos.

7.6.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela solidez e segurança da obra, nos termos do Código Civil e da legislação vigente.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Convocar a empresa vencedora para assinatura do contrato administrativo e emissão da Ordem de Serviço, formalizando o início da execução da obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Disponibilizar à Contratada todos os documentos técnicos necessários à execução do objeto, incluindo projetos de engenharia, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas e demais elementos que compõem o processo.

8.3. Assegurar o acesso da contratada no terreno destinado à obra, observadas as condições de funcionamento dos serviços, as normas de segurança e eventuais restrições operacionais, podendo estabelecer horários, diretrizes e condições específicas para a execução dos trabalhos.

8.4. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes o acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual, a verificação do cumprimento das obrigações assumidas, o atesto das medições e dos serviços executados, bem como o registro de ocorrências e a determinação das correções necessárias.

8.5. Acompanhar sistematicamente a execução da obra, avaliando a conformidade dos serviços com os projetos, normas técnicas, especificações e cronograma físico-financeiro aprovado.

8.6. Notificar formalmente a Contratada acerca de quaisquer irregularidades verificadas na execução contratual, incluindo atraso na execução, descumprimento do cronograma, falhas técnicas e utilização de materiais inadequados ou em desacordo com as especificações.



8.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato, exigindo sua correção, adequação ou refazimento, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.8. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada conforme medições devidamente aprovadas pela fiscalização, observando os prazos e condições estabelecidos no contrato.

8.9. Garantir condições mínimas para a execução dos serviços, incluindo acesso às áreas de intervenção e disponibilização das informações necessárias ao adequado desenvolvimento da obra.

8.10. A Administração não se responsabilizará por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por quaisquer danos causados a terceiros decorrentes de ação ou omissão da Contratada, de seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar integralmente a obra de engenharia objeto da contratação, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas aplicáveis e demais documentos que integram o processo administrativo e o contrato.

9.2. Fornecer todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, máquinas, utensílios, transporte, mão de obra especializada e demais recursos necessários à execução completa da obra, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

9.3. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no processo licitatório, comunicando imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade.

9.4. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no contrato e no cronograma físico-financeiro aprovado, promovendo a adequada mobilização de equipe, materiais e equipamentos necessários à execução das etapas previstas.

9.5. Responsabilizar-se integralmente pela execução da obra, incluindo, entre outros aspectos, a mobilização e desmobilização de equipe técnica e operacional, o transporte, carga e descarga de materiais, a instalação, manutenção e posterior retirada do canteiro de obras, o fornecimento de insumos e equipamentos necessários, bem como a organização, limpeza e conservação permanente do local de execução.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

9.6. Executar os serviços com observância das boas práticas da engenharia, das normas técnicas da ABNT, das exigências da Vigilância Sanitária, da Portaria nº 2.436/2017, das normas de acessibilidade e de toda a legislação aplicável à construção civil e aos estabelecimentos de saúde.

9.7. Garantir a qualidade dos serviços executados, assegurando que todos os materiais empregados sejam novos, de primeira qualidade, adequados ao uso em ambientes de saúde, compatíveis com as especificações técnicas do projeto e resistentes ao uso contínuo e à higienização frequente.

9.8. Adotar todas as medidas de segurança do trabalho exigidas pela legislação vigente, incluindo o fornecimento e o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a disponibilização de Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs, a sinalização e o isolamento das áreas em intervenção, a prevenção de acidentes e a proteção de trabalhadores, usuários, servidores e terceiros durante toda a execução da obra.

9.9. Manter profissional habilitado e responsável técnico pela execução da obra, devidamente registrado no conselho profissional competente, responsabilizando-se pela condução técnica dos serviços e pela observância das exigências legais e normativas aplicáveis.

9.10. Corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela fiscalização, quaisquer serviços executados com falhas, vícios, defeitos, impropriedades ou em desconformidade com o contrato, os projetos ou as especificações técnicas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

9.11. Substituir, sem ônus para a Administração, materiais inadequados, defeituosos, de qualidade inferior ou em desacordo com as exigências contratuais, sempre que constatada sua inadequação pela fiscalização.

9.12. Comunicar formalmente à Contratante, de imediato, qualquer fato, circunstância, intercorrência, dificuldade técnica, interferência estrutural ou situação superveniente que possa comprometer o andamento da obra, o cumprimento do cronograma ou a qualidade dos serviços executados.

9.13. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes causados à Administração, a servidores, usuários, terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes da execução da obra, por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, assegurando o devido ressarcimento quando cabível.

9.14. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária, ambiental, urbanística e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes da execução contratual, sem qualquer transferência de responsabilidade à Administração.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

9.15. Não subcontratar o objeto principal da contratação sem prévia e expressa autorização da Administração, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável pela execução do contrato e pela qualidade dos serviços prestados.

9.16. Manter o canteiro de obras em condições adequadas de organização, limpeza, segurança e funcionamento, providenciando o armazenamento correto de materiais, a destinação apropriada de resíduos, a proteção das áreas adjacentes e a preservação das estruturas existentes.

9.17. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante ou pela fiscalização, relatórios técnicos, registros fotográficos, medições, diário de obra, documentos comprobatórios da execução, informações sobre avanço físico-financeiro e demais elementos necessários ao acompanhamento e controle da execução contratual.

9.19. Respeitar integralmente as condições existentes nos locais da obra, realizando vistoria prévia e adotando todas as providências necessárias à compatibilização da execução com a realidade física das unidades, sem prejuízo da qualidade, segurança e funcionalidade da intervenção.

9.20. Promover, ao final da execução, a limpeza geral das áreas objeto de intervenção, removendo entulhos, sobras de materiais, instalações provisórias, equipamentos e quaisquer elementos remanescentes da obra, de modo a entregar as unidades em condições adequadas de uso e funcionamento.

9.21. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços executados, respondendo pela solidez, segurança, qualidade e durabilidade da obra, na forma da legislação civil e das normas aplicáveis, obrigando-se a sanar eventuais vícios ou defeitos identificados após o recebimento, dentro dos prazos legalmente cabíveis.

9.22. Executar as instalações elétricas em conformidade com os projetos técnicos e normas aplicáveis, garantindo o correto dimensionamento de cargas, a proteção dos circuitos, a segurança das instalações, a confiabilidade no fornecimento de energia e o adequado funcionamento dos equipamentos essenciais utilizados nos serviços de saúde.

10. MATRIZ DE RISCOS

10.1. Objetivo

A presente matriz de riscos tem por finalidade identificar, classificar, alocar e estabelecer mecanismos de tratamento dos riscos inerentes à execução do contrato, promovendo o equilíbrio econômico-financeiro, a segurança jurídica e a adequada distribuição de responsabilidades entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



10.2. Diretrizes Gerais

A alocação dos riscos observará:

- quem possui melhor capacidade de gerenciar o risco;
- eficiência na execução contratual;
- redução de custos globais;
- prevenção de litígios;
- manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- aderência às boas práticas de engenharia e governança pública.

10.3. Classificação dos Riscos

Os riscos são classificados em:

- **Riscos da Contratante** – aqueles sob controle da Administração;
- **Riscos da Contratada** – inerentes à execução da obra;
- **Riscos Compartilhados** – eventos de difícil previsão ou controle.

10.4. Matriz de Riscos

Nº	Risco	Descrição	Responsável	Impacto	Probabilidade	Mitigação	Consequência
1	Erro ou omissão de projeto	Falhas nos projetos executivos	Contratante	Alto	Médio	Revisão técnica, compatibilização	Reequilíbrio e/ou aditivo
2	Condições geotécnicas divergentes	Solo diferente do previsto	Compartilhado	Alto	Médio	Sondagens, laudos	Reequilíbrio
3	Interferências não mapeadas	Redes ocultas (água, energia, etc.)	Compartilhado	Médio	Médio	Levantamento prévio	Ajustes contratuais
4	Chuvas intensas/clima	Impacto no cronograma	Contratada	Médio	Alto	Planejamento executivo	Prorrogação justificada
5	Aumento de insumos	Variação de mercado	Contratada	Médio	Alto	BDI e gestão	Sem reequilíbrio
6	Atraso na execução	Descumprimento do cronograma	Contratada	Alto	Médio	Gestão e controle	Penalidades
7	Falha técnica de execução	Erros construtivos	Contratada	Alto	Médio	Controle de qualidade	Refazimento
8	Acidentes de trabalho	Incidentes no canteiro	Contratada	Alto	Médio	Normas NR	Responsabilização
9	Licenciamento e autorizações	Atrasos administrativos	Contratante	Médio	Médio	Planejamento	Prorrogação
10	Alteração de projeto	Mudanças pela Administração	Contratante	Alto	Médio	Gestão formal	Aditivo



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

11	Desempenho inadequado da contratada	Baixa produtividade	Contratada	Alto	Médio	Fiscalização	Penalidades
12	Caso fortuito/força maior	Eventos imprevisíveis	Compartilhado	Alto	Baixo	Gestão contratual	Reequilíbrio
13	Paralisação da obra	Interrupção injustificada	Contratada	Alto	Baixo	Controle rigoroso	Sanções
14	Problemas ambientais	Impactos ambientais	Compartilhado	Médio	Baixo	Licenças e controle	Ajustes
15	Logística/localização	Dificuldades de acesso	Contratada	Médio	Médio	Planejamento prévio	Sem reequilíbrio
16	Falta de mão de obra	Escassez regional	Contratada	Médio	Médio	Planejamento	Sem reequilíbrio

10.5. Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Será admitido reequilíbrio exclusivamente nos casos de:

- fatos imprevisíveis;
- fatos previsíveis de consequências incalculáveis;
- caso fortuito ou força maior;
- alterações unilaterais pela Administração;
- riscos expressamente atribuídos à Contratante.

10.5.1. CLÁUSULA 1 – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.5.1.1. Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e dos arts. 124, inciso II, alínea “d”, e 134 da Lei nº 14.133/2021, visando à preservação da relação entre os encargos assumidos pela Contratada e a remuneração originalmente pactuada.

10.5.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido, mediante prévia análise técnica e jurídica da Administração, nas seguintes hipóteses:

I – ocorrência de fatos imprevisíveis;

II – ocorrência de fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis;

III – caso fortuito ou força maior;

IV – alterações unilaterais promovidas pela Administração que impactem os encargos da Contratada;

V – eventos que alterem substancialmente os custos da execução, desde que não imputáveis à Contratada;

VI – materialização de riscos expressamente atribuídos à Contratante na matriz de riscos contratual.



10.5.1.3. Não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro:

- I – variações ordinárias de mercado, inclusive oscilações de preços de insumos, mão de obra e serviços, já contempladas na composição de custos e no BDI;
- II – erros de planejamento, gestão ou execução imputáveis à Contratada;
- III – riscos expressamente atribuídos à Contratada na matriz de riscos;
- IV – inadimplemento contratual da Contratada;
- V – eventos decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia da Contratada.

10.5.1.4. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalizado pela Contratada mediante requerimento devidamente fundamentado, contendo, no mínimo:

- I – descrição detalhada do fato gerador do desequilíbrio;
- II – comprovação documental da ocorrência do evento;
- III – demonstração analítica do impacto econômico-financeiro no contrato;
- IV – memória de cálculo detalhada, acompanhada de planilhas comparativas entre os custos originalmente previstos e os custos atualizados;
- V – comprovação do nexo causal entre o evento alegado e o aumento ou redução dos encargos;
- VI – indicação expressa de que o risco não está alocado à Contratada na matriz de riscos.

10.5.1.5. A análise do pedido observará:

- I – verificação da previsibilidade do evento;
- II – análise da alocação de riscos contratual;
- III – compatibilidade dos valores pleiteados com os referenciais de mercado e sistemas oficiais de custos;
- IV – avaliação da efetiva repercussão do evento sobre a execução contratual;
- V – manifestação da fiscalização e da área técnica responsável.

10.5.1.6. O reequilíbrio, quando reconhecido, será formalizado por meio de termo aditivo, podendo implicar:

- I – revisão dos valores contratuais;
- II – adequação do cronograma físico-financeiro;
- III – prorrogação do prazo de execução;
- IV – recomposição parcial ou integral dos custos afetados.



10.5.1.7. Os efeitos financeiros do reequilíbrio:

- I – não retroagirão a período anterior à formalização do pedido pela Contratada, salvo comprovada impossibilidade de manifestação tempestiva;
- II – serão limitados à extensão do impacto efetivamente comprovado;
- III – observarão a data-base da ocorrência do fato gerador.

10.5.1.8. O simples aumento de preços de insumos ou variações inflacionárias não caracterizam, por si só, hipótese de reequilíbrio, devendo tais riscos serem considerados ordinários e inerentes à atividade econômica, exceto quando configurada situação excepcional devidamente comprovada.

10.5.1.9. A ausência de comprovação adequada do desequilíbrio, bem como a apresentação de documentação incompleta ou inconsistente, ensejará o indeferimento do pedido, sem prejuízo da continuidade da execução contratual.

10.5.1.10. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro não exime a Contratada do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, tampouco autoriza a paralisação ou redução do ritmo de execução da obra sem prévia e expressa autorização da Administração.

10.6. Regras de Alocação

- Riscos atribuídos à **Contratada** → NÃO geram reequilíbrio
- Riscos da **Contratante** → podem gerar:
 - aditivo contratual
 - revisão de valores
 - prorrogação de prazo
- Riscos **compartilhados** → análise técnica caso a caso

10.7. Gestão dos Riscos

A gestão dos riscos será realizada pela fiscalização do contrato, com:

- monitoramento contínuo;
- registros no diário de obra;
- relatórios técnicos periódicos;



- adoção de medidas corretivas;
- comunicação formal entre as partes.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do contrato será compatível com o prazo necessário à execução integral do objeto, compreendendo todas as etapas da obra, desde a mobilização inicial, instalação do canteiro de obras, execução dos serviços, testes, ajustes técnicos, até a conclusão dos serviços e o recebimento definitivo pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo de execução estimado para a realização dos serviços será de 30 meses.

11.3. O prazo estabelecido poderá ser executado de forma simultânea ou por etapas, conforme planejamento da Administração e estratégia de execução definida no cronograma físico-financeiro.

11.4. A vigência contratual poderá ser prorrogada, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e desde que comprovado o interesse público, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos casos de necessidade de continuidade da obra, superveniência de fatos imprevisíveis, alterações de projeto ou outras situações que impactem o prazo originalmente estabelecido.

11.5. Eventuais prorrogações de prazo deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, precedidas de análise técnica e manifestação da fiscalização, com a devida justificativa e autorização da autoridade competente.

11.6. A execução contratual deverá observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, sendo obrigação da Contratada cumprir os prazos estabelecidos para cada etapa da obra, sob pena de aplicação das sanções cabíveis em caso de atraso injustificado.

11.7. O descumprimento dos prazos estabelecidos poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, inclusive multa por atraso, sem prejuízo da responsabilização administrativa da Contratada.

11.8. O prazo de vigência do contrato poderá ser superior ao prazo de execução, quando necessário para contemplar etapas administrativas, recebimento provisório, prazo de observação, correção de eventuais pendências e formalização do recebimento definitivo.

11.9. O contrato será formalizado por instrumento administrativo próprio, contendo todas as cláusulas essenciais previstas na legislação vigente, não sendo aplicável ao presente objeto o Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza específica e indivisível da contratação de obra de engenharia.



11.10. A vigência contratual poderá, ainda, contemplar o período de garantia da obra, conforme previsto na legislação civil e nas normas aplicáveis à construção civil, assegurando à Administração o direito à correção de eventuais vícios construtivos identificados após a conclusão dos serviços.

11.11. Os valores contratuais poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, com base no Índice Nacional de Custo da Construção – INCC ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1. A Contratada deverá prestar garantia de execução contratual como condição indispensável à assinatura do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, admitida a sua elevação, mediante justificativa técnica da Administração, em razão da complexidade, vulto ou riscos associados à execução do objeto.

12.2. A garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pela Contratada, abrangendo não apenas a execução integral do objeto, mas também o adimplemento de multas, indenizações, obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como o ressarcimento de quaisquer prejuízos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato.

12.3. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido pela Administração impedirá a formalização do contrato, facultando-se a convocação do licitante subsequente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.4. A garantia poderá ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a critério da Contratada, devendo, em qualquer hipótese, possuir validade durante toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações, e estender-se por período adicional suficiente à verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas, especialmente até o recebimento definitivo do objeto.

12.5. Na hipótese de opção pelo seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusulas expressas que assegurem a efetividade da cobertura, incluindo, obrigatoriamente, previsão de retomada do contrato pela seguradora ou por terceiro por ela indicado, em caso de inadimplemento da Contratada, bem como cobertura abrangente dos prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, inclusive multas, danos ao erário, obrigações trabalhistas e custos necessários à conclusão do objeto. Deverá, ainda, prever a impossibilidade de cancelamento unilateral sem anuência da Administração e renúncia expressa a cláusulas restritivas que comprometam a execução da garantia.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

12.6. Quando prestada na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar no país, conter cláusula de execução imediata, independentemente de ordem judicial, e abranger integralmente todas as obrigações assumidas pela Contratada, sem benefício de ordem.

12.7. No caso de caução em dinheiro, o valor correspondente deverá ser depositado em conta específica indicada pela Administração, permanecendo vinculado ao contrato até a sua regular conclusão, sendo devidamente atualizado na forma da legislação aplicável.

12.8. A garantia deverá ser mantida integralmente válida e eficaz durante toda a execução contratual, devendo a Contratada promovê-la sua atualização sempre que houver alteração do valor do contrato, inclusive em decorrência de aditivos, reajustes ou revisões, sob pena de aplicação das sanções previstas. Na hipótese de sua utilização, total ou parcial, pela Administração, a Contratada ficará obrigada à sua recomposição no prazo máximo fixado, de modo a preservar o valor originalmente exigido.

12.9. A Administração poderá executar a garantia, total ou parcialmente, independentemente de prévia autorização judicial, sempre que verificado o inadimplemento das obrigações contratuais, incluindo hipóteses de atraso injustificado, inexecução total ou parcial, paralisação indevida da obra, aplicação de multas ou ocorrência de danos ao erário ou a terceiros, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

12.10. A liberação ou restituição da garantia somente ocorrerá após a conclusão integral do objeto, formalizada mediante o recebimento definitivo da obra, desde que não existam pendências de ordem técnica, administrativa ou financeira, nem obrigações trabalhistas ou previdenciárias não adimplidas, podendo a Administração reter a garantia pelo prazo necessário à verificação da regularidade final da execução.

12.11. A liberação da garantia não exime a Contratada das responsabilidades legais e contratuais relativas à qualidade, segurança, solidez e durabilidade da obra, tampouco afasta a obrigação de reparar eventuais vícios ou defeitos, inclusive os de natureza oculta, nos termos da legislação civil aplicável.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente desta contratação ocorrerá na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO	REDUZIDO	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	CONTA CORRENTE
ORGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SETOR (AÇÃO): 1084 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	510	4.4.90.00.00.00	1.601.0000000	



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

ORGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SETOR (AÇÃO): 1084 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	511	4.4.90.00.00.00	1.500.1002000	30.990-7
--	-----	-----------------	---------------	----------

13.2. O pagamento será realizado na conta bancária indicada, mantida no *Banco do Brasil S.A.*, agência **2480-5**, conforme dados previamente informados.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, conforme dispõe o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo responsável pelo controle, acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:

14.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela fiscal designada a seguir:

Fiscal Técnico: Renata Miranda Sarmiento Roriz, CPF n.º *.851.091-**, RG nº **8323-* SSP/MS, Portaria nº 288/2026.**

Fiscal Administrativo: Luis Augusto Brasileiro de Souza, CPF n.º *.282.178-**, RG nº **662932-* SSP/MT, Portaria n.º 100/2025.**

14.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços, verificando sua conformidade com os projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas no contrato, devendo:

- registrar, em instrumento próprio (relatório, diário de obra ou sistema de controle), todas as ocorrências relevantes;
- acompanhar a evolução física e financeira da obra;
- atestar as medições dos serviços executados;
- verificar a qualidade dos materiais e serviços empregados;
- exigir a correção de falhas, vícios ou irregularidades constatadas;
- comunicar formalmente à Administração superior quaisquer situações que demandem providências.

14.4. O fiscal do contrato deverá registrar formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas ou defeitos verificados, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.5. A execução do contrato deverá ocorrer de forma fiel às cláusulas pactuadas e às disposições legais aplicáveis, especialmente ao art. 115 da Lei nº 14.133/2021, sendo a Contratada responsável pela execução



integral do objeto e a Contratante responsável pelo acompanhamento e fiscalização, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes do descumprimento de suas obrigações.

14.6. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, irregularidades, falhas técnicas, vícios aparentes ou ocultos ou desconformidades na execução da obra, não implicando, em nenhuma hipótese, corresponsabilidade da Administração.

14.7. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos e documentos à Contratada, determinar a paralisação de serviços executados em desconformidade, exigir a substituição de materiais inadequados ou em desacordo com as especificações técnicas, bem como recomendar a adoção de ajustes técnicos necessários à adequada execução da obra.

14.8. A Contratada deverá garantir livre acesso da fiscalização às áreas da obra, bem como disponibilizar todas as informações, documentos e condições necessárias ao pleno exercício das atividades de acompanhamento e controle.

15. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. As medições deverão ser realizadas mensalmente, por meio de boletins de medição, contemplando exclusivamente os serviços efetivamente executados, devidamente verificados, quantificados e aprovados pela fiscalização, observando critérios de qualidade, conformidade técnica e aderência ao cronograma físico-financeiro, considerando a efetiva execução das etapas previstas no contrato, vedada a medição de serviços não concluídos ou executados parcialmente sem condições de uso.

15.2. As medições deverão ser elaboradas com base nos quantitativos efetivamente executados, apurados em campo, conforme planilhas orçamentárias contratadas, projetos de engenharia, memoriais descritivos e demais documentos técnicos que integram o contrato, observando-se rigorosamente as unidades de medida e os critérios de quantificação estabelecidos.

15.3. A medição será realizada pela fiscalização do contrato, mediante procedimento técnico que compreenderá:

- verificação in loco dos serviços executados;
- conferência dos quantitativos realizados, com base em medições físicas e levantamentos técnicos;
- análise da conformidade dos serviços com os projetos, memoriais e especificações técnicas;
- avaliação da qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados;
- registro fotográfico e documental da evolução da obra;



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

- conferência do cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro.

15.4. A Contratada deverá apresentar, para fins de medição, relatório de execução contendo a discriminação dos serviços realizados no período, com respectivos quantitativos, memória de cálculo, registros fotográficos e demais elementos comprobatórios exigidos pela fiscalização.

15.5. Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os serviços efetivamente concluídos, aceitos pela fiscalização e executados em conformidade com as especificações técnicas, sendo vedada a inclusão de serviços não executados, executados parcialmente ou em desacordo com o contrato.

15.6. Os serviços executados em desconformidade com o contrato, que apresentarem falhas, vícios, defeitos ou utilização de materiais inadequados, não serão medidos, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos pela Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

15.7. Após a análise, conferência e aprovação da medição, o fiscal do contrato emitirá o respectivo atesto, certificando a regular execução dos serviços e autorizando o faturamento pela Contratada.

15.8. O faturamento deverá ser realizado com base nos valores unitários constantes da planilha orçamentária contratada, respeitando rigorosamente os quantitativos medidos e aprovados pela fiscalização.

15.9. A Contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da execução dos serviços, incluindo, quando exigido:

- relatório de medição aprovado;
- diário de obra;
- registros fotográficos;
- certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas.

15.10. O pagamento será efetuado somente após o atesto da medição pelo fiscal do contrato, observados os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual e na legislação vigente.

15.11. Poderão ser retidos valores, total ou parcialmente, ou suspensos pagamentos na hipótese de execução irregular dos serviços, descumprimento do cronograma físico-financeiro, existência de pendências técnicas ou administrativas, bem como ausência de documentação obrigatória, até a devida regularização por parte da Contratada.

15.12. A medição e o pagamento não excluem a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, segurança e durabilidade dos serviços executados, nem implicam aceitação definitiva da obra.



16. PENALIDADES

16.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, bem como a inexecução, execução irregular, atraso injustificado ou qualquer conduta que comprometa a adequada execução do objeto, sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2. As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, observada a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a vantagem auferida, a reincidência e as circunstâncias do caso concreto, compreendendo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade, nos termos da legislação vigente.

16.3. A penalidade de advertência será aplicada nas hipóteses de infrações de menor potencial lesivo, especialmente quando não houver prejuízo relevante à execução do objeto, funcionando como medida pedagógica e preventiva.

16.4. A multa contratual terá natureza compensatória e/ou moratória, podendo ser aplicada nos seguintes termos: em caso de atraso injustificado na execução dos serviços, incidirá multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato; em caso de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, proporcional ao grau de inadimplemento; e, em caso de inexecução total, poderá ser aplicada multa de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado.

16.5. A aplicação de multa não afasta a possibilidade de rescisão contratual, nem a aplicação das demais sanções previstas, podendo os valores ser descontados dos pagamentos devidos à Contratada, cobrados administrativamente ou judicialmente, ou ainda satisfeitos mediante execução da garantia contratual, nos termos da cláusula específica.

16.6. Constituem, entre outras, hipóteses que ensejam a aplicação de penalidades: o descumprimento do cronograma físico-financeiro; a execução de serviços em desacordo com os projetos, memoriais ou especificações técnicas; a utilização de materiais inadequados, de qualidade inferior ou fora das exigências contratuais; a não correção de falhas, vícios ou defeitos apontados pela fiscalização; o descumprimento das normas de segurança do trabalho; o descumprimento de normas sanitárias aplicáveis a estabelecimentos assistenciais de saúde; e a paralisação injustificada da obra.

16.7. Caracterizada a inexecução total ou a paralisação injustificada da obra, poderá a Administração promover a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, da execução



integral da garantia contratual e da adoção das medidas necessárias à continuidade da obra, inclusive mediante contratação de terceiros, às expensas da Contratada inadimplente.

16.8. A aplicação das sanções observará regular processo administrativo, com a devida instrução probatória, assegurando-se à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

16.9. A imposição de penalidades não exime a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros, nem afasta a responsabilidade pela execução do objeto, podendo a Administração adotar, cumulativamente, todas as medidas legais e contratuais necessárias à proteção do interesse público.

17. RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. Recebimento da obra

17.1.1. O recebimento dos serviços será realizado em duas etapas distintas, conforme disposto na legislação aplicável:

a) Recebimento provisório: Ocorrerá após a conclusão dos serviços, mediante vistoria técnica realizada pela fiscalização, com verificação preliminar da conformidade da obra com os projetos, especificações técnicas e demais condições contratuais.

b) Recebimento definitivo: O recebimento definitivo será realizado após a verificação do atendimento integral às especificações técnicas, do funcionamento adequado das instalações, da correção de todas as pendências identificadas e da aprovação formal pela fiscalização, sendo formalizado mediante termo próprio.

17.2. Prazo de observação

17.2.1. Poderá ser estabelecido prazo de observação, compatível com a natureza e complexidade da obra, destinado à verificação do desempenho, funcionamento e durabilidade dos serviços executados.

17.3. Responsabilidade após o recebimento

17.3.1. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, segurança, solidez e durabilidade da obra executada.

17.4. Garantia legal

17.4.1. A Contratada responderá pela solidez e segurança da obra, nos termos do art. 618 do Código Civil, pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, contados a partir do recebimento definitivo.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

17.5. Responsabilidade por vícios

17.5.1. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos ou falhas identificadas durante o período de garantia, sem qualquer ônus para a Administração.

17.6. Atendimento às correções

17.6.1. A Contratada deverá iniciar a correção dos problemas identificados no prazo estabelecido pela Administração, contado a partir da notificação formal, devendo concluí-los no menor prazo possível, conforme a natureza da intervenção.

18. DATA E ASSINATURA

Pontes e Lacerda/MT, 27 de abril de 2026

LUIS AUGUSTO BRASILEIRO DE SOUZA
Chefe do Departamento de Atenção Secundária
Portaria nº 035/2025

NAYARA CAMPOS MASCARENHAS
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 012/2025